

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.790 - PR (2019/0323917-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : BANCO ITAUCARD S.A.  
**ADVOGADOS** : LUIZ RODRIGUES WAMBIER - PR007295  
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - PR024498  
**ADVOGADOS** : TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM E OUTRO(S) - PR022129  
LUCIANA LUCKNER - PR047450  
**RECORRIDO** : VICTOR HUGO PAULA  
**ADVOGADO** : MAURO SÉRGIO GUEDES NASTARI E OUTRO(S) - PR027802

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO ITAUCARD S.A. com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL 1. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. CARTÃO DE CRÉDITO. ARTIGO 514, INCISO I, DO CPC. OBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO. CONHECIMENTO. ANÁLISE DE MATÉRIA EXCLUSIVA DA SEGUNDA FASE. INOCORRÊNCIA. NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO VERIFICAÇÃO. DEVER DA ADMINISTRADORA DE PRESTAR CONTAS. INSUFICIÊNCIA DAS FATURAS DISPONIBILIZADAS NORMALMENTE. PEDIDO REVISIONAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DECADÊNCIA. ART. 26, II, CDC. INAPLICABILIDADE. PEDIDO INICIAL. INDICAÇÃO PORMENORIZADA DAS INFORMAÇÕES SOLICITADAS. DESNECESSIDADE. PRAZO LEGAL. 48 HORAS. INCIDÊNCIA" (fls. 155/156, e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 185/190 e-STJ).

No especial, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 267, IV, 286, 914 e 915 do Código de Processo Civil de 1973 e 26 do Código de Defesa do Consumidor.

Aduz, em síntese, que não houve impugnação específica dos lançamentos havidos no cartão de crédito, limitando-se o recorrido a alegar contratação de juros abusivos, não havendo interesse de agir.

Apresentadas contrarrazões (fls. 255/267, e-STJ), o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código

de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

O tribunal de origem que "(...) *é suficiente que a petição inicial, como a destes autos, contenha elementos para possibilitar à administradora obter os dados requeridos, tal como o número do cartão de crédito*" (fl. 171 e-STJ).

No tocante à alegação de ausência de interesse de agir por ausência de impugnação específica dos lançamentos havidos no cartão de crédito, diante das premissas fáticas estabelecidas no acórdão, a reforma do aresto demandaria o reexame de matéria fático-probatória, providência inviável em recurso especial, haja vista o óbice da Súmula nº 7/STJ.

Nesse sentido:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. RECONSIDERAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL PERANTE AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. VÍCIO SANÁVEL. INTERESSE DE AGIR. EXISTÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.**

**1. Agravo interno contra decisão da Presidência que não conheceu do agravo em recurso especial, por intempestividade. Reconsideração.**

**2. O Tribunal de origem concluiu que a petição inicial foi ajuizada com todos os documentos essenciais, permitindo-se a identificação da causa de pedir, do pedido e da fundamentação jurídica, de modo a garantir o exercício da ampla defesa e do contraditório.**

**3. Nesse sentido, a decisão está em consonância com o entendimento desta Corte Superior de que "não é inepta a inicial que descreve os fatos e os fundamentos do pedido, possibilitando ao réu exercitar o direito de defesa e do contraditório" (AgRg no Ag 1.361.333/PI, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Primeira Turma, DJe de 18.2.2011).**

**4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça manifesta-se no sentido de que a falta ou deficiência de representação processual nas instâncias ordinárias constitui vício sanável, admitindo-se, portanto, a sua posterior regularização, diante da aplicação conjunta dos arts. 13 e 37 do Código de Processo Civil.**

**5. A Corte de origem, com base no acervo fático-probatório, concluiu que os autores comprovaram o interesse de agir no tocante ao pedido de prestação de contas formulado perante a inventariante, afastando a pretensão de extinção do feito por carência de ação. A modificação do entendimento firmado, para o fim de se verificar a alegada inexistência do mencionado interesse processual, demandaria reexame de provas.**

**(...)**

**7. Agravo interno provido. Agravo em recurso especial conhecido para negar provimento ao recurso especial" (AgInt no AREsp 1.249.691/SP, Rel.**

# Superior Tribunal de Justiça

Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 03/10/2019, grifou-se).

Por fim, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade de reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

*"Recurso Especial. Civil. Responsabilidade civil. Cirurgião e anesthesiologista. Recurso com fundamento nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da CF. Reexame fático-probatório. Súmula 07/STJ. Incidência.*

*- A constatação de ter o médico cirurgião e o anestesista agido ou não com culpa no atendimento a paciente, nas modalidades negligência, imprudência ou imperícia, demanda necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório da causa, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.*

*- O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a", quanto pela "c" do permissivo constitucional.*

*- Recurso especial não conhecido." (REsp 765.505/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/3/2006, DJ 20/3/2006 - grifou-se).*

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator